



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 26-03-2024.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e doze minutos, reuniu-se na Sala 303 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Em prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a vereadora Mônica Leal se encontrava em Representação Externa, conforme SEI nº 038.00035/2024-05 apregoadado em Plenário. Constatada a existência de quórum a senhora Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia vinte e um de março do corrente, os seguintes Pareceres: nº 011/24 (Requerimento nº 174/24 – Processo nº 0342/24), de autoria da vereadora Cláudia Araújo. E, no dia vinte e dois de março do corrente, o seguinte Parecer: nº 012/24 (Projeto de Lei do Legislativo nº 670/23 – Processo nº 1149/23), de autoria da vereadora Lourdes Sprenger. Dando prosseguimento, a senhora Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria destinada a debater o tema “Construção das 12 Unidades de Saúde: US Santo Alfredo (Partenon), CF Glória, US Planalto (Norte), US Esmeralda (Lomba do Pinheiro), US Quinta Portal (Lomba do Pinheiro), CF Porto dos Casais (Centro), US Lomba do Pinheiro, CF José Mauro Ceratti (Vila Castelo-Restinga), US Assis Brasil (Norte), US Maria da Conceição (Vila Conceição), CF Beco do Adelar (Belém), US Leopoldina e US Coinma (Norte), em Porto Alegre, e as reformas dos Pronto Atendimentos (PAs) Lomba do Pinheiro e Bom Jesus”, e, de imediato, destacou a presença dos senhores Paulo Ricardo Bobek, coordenador municipal de Urgências da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Vânia Maria Franz, diretora de Atenção Primária da SMS; Gerusa Bittencourt, gerente da atenção primária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC); Márcia Bento, promotora de justiça de Defesa dos Direitos Humanos (PJDDH) do Ministério Público; Waldir José Bohngass, vice coordenador do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e integrante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UMPA); Maria Eliane Silva, delegada do Orçamento Participativo (OP) Extremo Sul; Rafael Abech Dias, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS); José Carlos Silveira Vieira, representante do OP zona sul; Dirceu Luiz Júnior, morador do OP Centro; Adroaldo Barbosa, conselheiro do OP região noroeste; Cleo Goulart, usuário e representante da unidade de saúde Esmeralda; Margarida Gonçalves, representante da comunidade Lomba do Pinheiro; Miguel Nunes, membro do

conselho gestor de saúde da Lomba do Pinheiro; Laone Simonetti de Oliveira, representante da comunidade Coinma; Elizabeth Swartchow, médica de família da unidade de saúde Leopoldina; Helena Rodrigues, representante da comunidade Santo Alfredo; Denise Moreira, conselheira do OP da região sul; Gislaine, gestora da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e demais nomes registrados na lista de presenças. A seguir, a senhora Presidente, a vereadora Lourdes Sprenger, efetuou comentários gerais sobre o assunto e passou a palavra ao proponente da pauta e demais integrantes da Mesa e da plateia para as suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni informou ter solicitado a presente pauta diante da demora do Município em construir ou ampliar diversas unidades de saúde na Capital, em especial nas áreas periféricas. Lembrou, ainda, serem promessas que se arrastam há anos enquanto as comunidades sofrem com a falta de atendimento médico. Após, lembrou que o atual governo prometeu a construção de dez unidades e lamentou que até a presente data ainda nenhuma delas foi construída. Após, lembrou que a situação do crédito que o GHC tem a receber se refere ao imposto indevido cobrado a maior pela Prefeitura ao logo dos anos e que, por determinação judicial, deverá ser reembolsado à instituição de saúde. Enfatizou, ainda, a intenção de agendar reunião junto ao Ministério Público para buscar dirimir a atual pendência e destacou que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em ocasião anterior, não vem sendo integralmente cumprido pelo Município. A vereadora Psicóloga Tanise Sabino destacou a importância e pertinência do presente debate que tem por finalidade a qualificação dos serviços em saúde e a busca de atendimento mais humanizado da população. Após, expressou apoio à construção das novas unidades demandadas e defendeu a ampliação das equipes de atendimento nos bairros, as quais também devem contar com psicólogos em sua composição, assim como ocorreu na rede pública de ensino por intermédio da aprovação de projeto de lei de sua autoria que possibilitou a nomeação de vinte e sete profissionais em saúde mental para atuar nas escolas do Município. A senhora Vânia Maria Frantz apresentou dados sobre as doze unidades em debate, sendo dez delas sob responsabilidade da Prefeitura e duas gerenciadas em parceria com o GHC. Em prosseguimento, informou que entraves burocráticos e questões envolvendo verbas federais e de empréstimos internacionais têm atrasado a implementação dos projetos. Na sequência, detalhou a situação específica de algumas unidades de saúde que são objeto do presente debate: o posto Santo Alfredo, localizado no Bairro Murialdo, trata-se de uma obra proveniente de contrapartida financeira com a construtora MRV, a qual não tem cumprido as exigências do projeto e sendo esse o motivo do atraso; a unidade da Glória depende de empréstimo do Banco Mundial, o qual ainda não foi assinado, e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) federal, também sem prazo para recebimento do repasse; a unidade do Planalto apresenta projetos concluídos, mas também aguarda recursos do governo federal; os projetos dos postos da Quinta do Pontal, Porto dos Casais, Mário Ceratti, Beco do Adelar, Lomba do Pinheiro e Conceição encontram-se em tramitação na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (Smoi); a unidade Assis Brasil é a mais atrasada, pois nem o local para a construção do prédio foi, ainda, definido. E, o projeto mais adiantado é a unidade Esmeralda, cuja obra deve ser licitada ainda no primeiro semestre do corrente ano. Por fim, comentou sobre as unidades gerenciadas em parceria com o GHC, informando que a Prefeitura já efetuou repasse de seis milhões do total de vinte milhões previstos para as obras das novas unidades de saúde nos bairros Leopoldina e Coinma. O senhor Paulo Ricardo Bobek prosseguiu a explanação do detalhamento dos projetos e destacou a necessidade de aporte mensal de trezentos mil reais para garantir a operacionalização de uma

Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de nível três. Por fim, também destacou a sobrecarga de atendimento de saúde na Capital, decorrente de pacientes oriundos de outros municípios da região metropolitana, tais como os moradores provenientes de Viamão e Cachoeirinha. A senhora Gerusa Bittencourt informou que a verba repassada pelo Executivo foi direcionada exclusivamente para a implementação da unidade Leopoldina e ressaltou desconhecer a existência de recursos para a construção da US Coinma. A senhora Márcia Bento lembrou serem antigas as ações judiciais impetradas para a construção de determinadas unidades de saúde na Capital onde a população aguarda ansiosamente há anos por esses serviços. Após, considerou não estarem muito claros os resultados das tratativas entre a Prefeitura Municipal e GHC para a construção das novas unidades Leopoldina e Coinma. Na sequência, enfatizou que os recursos para implementar esses empreendimentos devem vir exclusivamente do tesouro municipal e jamais do Fundo Municipal de Saúde (FMS) por se tratar de dívida antiga de impostos cobrados a maior do GHC pelo erário da fazenda de Porto Alegre. Por fim, enfatizou que compete ao Grupo Hospitalar Conceição efetuar a execução da cobrança dessa dívida junto à Prefeitura, lembrando, ainda, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não vem sendo cumprido pela Administração Municipal. A senhora Maria Eliane Silva efetuou diversos questionamentos sobre o andamento das obras de saúde na cidade e indagou qual seria o real motivo para o Executivo Municipal ainda não ter conseguido assinar o empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Por fim, também comentou sobre a pendência da implantação de uma Policlínica na região do extremo sul, maternidade no bairro Restinga, solicitou informações sobre o estágio do projeto da nova unidade de saúde Lami e ressaltou a importância da área da saúde também contar com os aportes provenientes das emendas parlamentares. O senhor Rafael Abech Dias ressaltou que além de representar a OAB/RS, também participa neste debate na condição de cidadão e morador da zona norte da Capital, lamentando que as demandas apresentadas em dois mil e sete ainda estejam indefinidas em pleno ano de dois mil e vinte e quatro. Por fim, defendeu a adoção de indicadores de desempenho nas obras públicas em construção, englobando desde a fase inicial até a efetiva conclusão do projeto a fim de que as comunidades envolvidas possam acompanhar a real evolução do atendimento de suas demandas. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra ao público presente na plateia para suas manifestações. O senhor José Carlos Silveira Vieira reclamou da demora da implementação das novas obras na área da saúde na zona sul, alertando para o significativo aumento da demanda em decorrência dos novos condomínios instalados e sem a devida contrapartida em infraestrutura urbana na região. Por fim, ressaltou a existência de planta arquitetônica para a construção do novo posto de saúde no bairro e defendeu que, por esse motivo, não seria necessário aguardar a elaboração de um novo projeto para então dar início às obras. O senhor Dirceu Luiz Júnior alertou para o esgotamento da capacidade de atendimento das unidades Modelo e Santa Marta na região central da cidade, defendendo a imediata instalação de novas unidade de saúde no local. O senhor Cléo Goulart relatou o histórico de dificuldades enfrentadas pelos moradores do bairro Esmeralda, acrescentando que esse cenário reflete a negligência do poder público para com a população humilde daquela comunidade, sendo o sofrimento uma marca sintomática dos moradores locais. Por fim, solicitou a ampliação do horário de atendimento até às vinte e duas horas na unidade de saúde para desafogar a atual demanda existente. E, o senhor Laone Simonetti de Oliveira criticou a perspectiva da verba para a construção da nova unidade Coinma ser repassada em diversas etapas e cobrou participação mais efetiva da Procuradoria

Geral do Município e SMS para garantir maior celeridade ao impasse relatado. Na sequência, lembrou que o cidadão que deixa de pagar algum tributo municipal tem a dívida e multa executadas imediatamente na justiça e defendeu que a mesma regra deveria ser aplicada ao poder público quando deixa de cumprir os compromissos assumidos há décadas com a comunidade. Após, destacou a indignação da população local que aguarda há mais de vinte anos pela obra e cobrou ações propositivas e concretas por parte do poder público para resolver com celeridade os impasses descritos. Por fim, defendeu que o povo pare de ficar ouvindo passivamente o detalhamento dos projetos que nunca se concretizam e passe a gravar e publicar tais promessas vazias nas redes sociais, a fim de dar a resposta adequada aos políticos que costumam retornar à comunidade em busca de votos somente em período eleitoral. Destaca-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores Lourdes Sprenger, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e a Psicóloga Tanise Sabino. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar visitas emergenciais da comitiva de vereadores da Cosmam nos Pronto Atendimentos da Lomba do Pinheiro e Bom Jesus para fiscalizar as condições de atendimento vigentes; 2) enviar Pedido de Providência ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) para providenciar a imediata limpeza do terreno contíguo à UPA Lomba do Pinheiro e efetuar a aplicação de inseticida (fumacê) para combater a proliferação de focos do mosquito da Dengue naquele local; 3) enviar Pedido de Informação ao Executivo solicitando o detalhamento das razões técnicas que estão impedindo a assinatura do empréstimo junto ao BID destinado a qualificar a infraestrutura física em saúde pública no Município; 4) no prazo de trinta dias, agendar através do gabinete do vereador Aldacir Oliboni, nova reunião junto ao Ministério Público para assegurar a integralização do pagamento da dívida da Prefeitura ao GHC, tendo em vista o anúncio de que até a presente data houve o repasse de apenas seis milhões ao GHC diante de um passivo de mais de vinte milhões a serem destinados para as obras de saúde nos bairros Jardim Leopoldina e Coinma; e, 5) através das reuniões distritais, discutir alternativas viáveis para a implementação das demandas pendentes em todas as regiões da cidade. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e trinta e dois minutos, nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela senhora Presidente, vereadora Lourdes Sprenger.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes dos Santos Sprenger, Vereador(a), voto SIM**, em 12/04/2024, às 19:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0715117** e o código CRC **EEF81E9E**.